



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Processo nº 0147.001.0005950

Requerente: Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul

Súmula: Mensagem de nº 05, de 17 de maio de 2017.

### RELATÓRIO

Trata-se de projeto de Lei, de origem do Poder Executivo Municipal, que "Autoriza revisão geral anual aos servidores municipais de Sapucaia do Sul e dá outras providências". O feito tramita em regime de urgência urgentíssima, e vem instruído com mensagem justificativa, projeto de lei, declaração quanto à adequação do percentual subscrita pelo Secretário Municipal de Gestão Pública, cópias documentos relativos a negociações com os sindicatos das categorias relativamente à situação dos percentuais aplicados, lei 3636/2015, relativa aos reajustes realizados no âmbito do Poder Executivo nos anos de 2015 e 2016, e finalmente, ofício subscrito pelo gestor que encaminha à Câmara de Vereadores informações sobre a estimativa da reposição da inflação e desnecessidade de impacto financeiro.

### PARECER

Inicialmente, é de bom alvitre trazer à colação a regulamentação aplicável no âmbito do Município, constante da Lei Orgânica Municipal:

*Art. 55. Compete, privativamente ao Prefeito, a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre:*

*I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e indireta do Poder Executivo, ou aumento de sua remuneração;*

*II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico e provimento de cargos;*

*(...)*

*IV - proposições que geram despesas ou que comprometam receitas do Município.*

O mesmo diploma disciplina em seu artigo 36, inciso VI, a competência da Casa Legislativa deliberar sobre os vencimentos dos servidores municipais. Transcrevemos:

*Art. 36. Compete à Câmara Municipal deliberar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias da competência do Município, especialmente sobre:*

*(...)*

*VI - criação, classificação e extinção de cargos, empregos e funções públicas municipais na administração direta e indireta, **fixando os respectivos vencimentos observando os limites e orçamentos anuais, e os valores máximos das remunerações conforme***



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



**estabelecido na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal**; (Grifo nosso).

Já a Carta Republicana Federal de 1988, insculpe a obrigatoriedade do Poder Executivo em assegurar revisão geral anual, na remuneração de seus servidores, na data base da categoria profissional. Determina o artigo 37, inciso X, da CF/88, *in verbis*:

*Art.37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*(...)*

*X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;*

Analisando os dispositivos legais supracitados, verifica-se a legalidade da proposição no quesito formal (competência para disposição, e alteração por Lei). Relativamente ao aspecto fiscal, foi juntado ofício declarando desnecessidade de estimativa de Impacto Orçamentário-financeiro. Nesse quesito cumpre apenas anotarmos que o art. 17 da LC101/2000 não possui inciso, mas parágrafo 6º. Independentemente disso, o texto do comando legal citado dispõe:

*Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.*

*(...)*

*§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.*

**Grifo nosso.**



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones: (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente proposição dispõe sobre remuneração de pessoal do Poder Executivo. Situa-se, portanto, no domínio da reserva da Administração, espaço conferido com exclusividade ao Prefeito Municipal, regulamentado no âmbito do Município pelo art. 55 da LOM. Como tramita em regime de urgência urgentíssima, **a apreciação do projeto deve ser realizada em até quarenta e cinco dias** nos termos do art. 57, §1º da LOM, sendo marco inicial, em nosso entendimento, a data de protocolo da mensagem.

Com as informações que julgamos pertinentes, encaminhamos o expediente à tramitação regimental, com conclusão às comissões competentes. À consideração superior, para as devidas providências, e com a aprovação, encaminhe-se o expediente à Diretoria Legislativa para o prosseguimento.

Sapucaia do Sul, 24 de maio de 2017

**Pablo José Camboim de Souza**  
OAB/RS 50.493  
Matrícula 881

Aprovo.

**João Roberto da Fonseca Junior**  
Procurador Chefe  
OAB/RS 69.257